



MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO SEI Nº 50180/2023/MF

Brasília, 06 de outubro de 2023.

A Sua Excelência a Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 252, de 04.09.2023, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1697/2023, de autoria do Senhor Deputado ALBERTO MOURÃO, que requer “informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o desempenho financeiro, operacional e de governança, referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A, Banco Patagônia S/A, Banco Patagônia Uruguai S/A, Brazilian Cayman Islands Holding, Patagônia Inversora S/A, Patagônia Valores S/A, Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, Empresa Gestora de Ativos S.A - Emgea, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias - ABGF, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, o Ofício 006/2023/VIFIC/SEGER (37636748), da Caixa Econômica Federal, o Ofício Banco do Brasil-2023/03880 (37631742), do Banco do Brasil S/A e coligadas, o Ofício 010642/2023/SERPRO/DP(37643415) do Serviço Federal de processamento de Dados, o Ofício 6751/2023 - Presi (37636361), da Empresa Gestora de Ativos S.A - Emgea, o Ofício 200/2023/ABGF (37636441) da Agência Brasileira Gestora de Fundos garantidores e Garantias, o Ofício 2023/1683-099 (37649821), do Banco do Nordeste do Brasil e o Ofício SECRE nº 2023/116 (37636578), do Banco da Amazônia.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Fazenda



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/procArquivo?pr=2343051>

Ofício 50180 (37661719)

SEI 19995:106399/2023-17 / pg. 1

2343051



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 06/10/2023, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37661719** e o código CRC **4BDD1E18**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70048-900 - Brasília/DF
(61) 3412-2539 - e-mail aap.df.gmf@economia.gov.br - gov.br/fazenda

Processo nº 19995.106399/2023-17.

SEI nº 37661719



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051>

Ciclo 50180 (37661719)

SEI 19995:106399/2023-17 / pg. 2

2343051

Ofício nº 200/2023/ABGF

Brasília (DF), 20 de setembro de 2023.

Ao Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro
Gabinete
Ministério da Fazenda

Assunto: RIC 1697/2023

Senhor Ministro,

1. Em atendimento ao Ofício SEI nº 44276/2023/MF, recebido na ABGF em 14.09.2023, o qual encaminha o requerimento de Informação nº 1697/2023 da Câmara dos Deputados, apresentamos a seguir as informações solicitadas relativas a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A (ABGF).

2. O quadro a seguir apresenta as informações anuais dos parâmetros 1 a 12. As fórmulas utilizadas para a composição dos números estão apresentadas no Anexo 1 deste ofício:

valores em reais

Item	Parâmetros	2018	2019	2020	2021	2022
1	Receita operacional ¹	24.251.622	21.989.460	15.458.512	17.670.005	17.835.531
2	Receita de capital	-	-	-	-	-
3	Lucro líquido	10.519.357	10.657.870	5.456.742	10.914.950	25.294.885
4	Margem de lucro	37,19%	33,58%	23,08%	40,39%	92,73%
5	Retorno sobre o patrimônio líquido	0,37%	2,83%	1,38%	2,72%	6,19%
6	Índice de liquidez ²	83,01%	85,09%	101,59%	72,45%	41,38%
7	Alavancagem financeira	-	-	-	-	-
8	EBITDA ³	(3.471.304)	(3.605.660)	(1.127.729)	636.434	(6.076.761)
9	Margem operacional ⁴	109,09%	105,96%	95,56%	79,93%	89,36%
10	Crescimento da receita ⁵	32,43%	-9,33%	-29,70%	14,31%	0,94%
11	Valor gasto com publicidade e patrocínio ⁶	108.732	118.899	77.523	48.685	62.523
12	Gasto com remuneração dos diretores e conselhos	3.736.408	3.402.754	2.761.113	2.241.946	2.091.096

¹ Receita Operacional Líquida

² Liquidez Corrente

³ O indicador não é divulgado nas Demonstrações Contábeis ou no Relatório da Administração. O valor foi apurado mediante a dedução do Resultado do Exercício, os tributos sobre o lucro, o resultado financeiro e a depreciação/amortização.

⁴ O indicador foi divulgado no Relatório da Administração a partir de 2020. Em 2022 a metodologia foi aperfeiçoada e as despesas operacionais passaram a ser ajustadas pelos efeitos das despesas tributárias decorrentes do resultado financeiro (PIS/Cofins). Os presentes valores recalculam os indicadores dos períodos anteriores.

⁵ Refere-se ao acréscimo/decrécimo da receita operacional líquida.

⁶ A empresa não patrocina quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, sendo os gastos com publicidade relacionados com publicações legais.



3. As informações do quadro foram elaboradas com base na Demonstração Contábil do respectivo ano, auditada por auditoria independente e disponível na página eletrônica da ABGF, no seguinte endereço: <https://www.abgf.gov.br/sobre/demonstrativos-contabeis/>.
4. No que se refere as informações relativas ao item 2 “Receita de Capital”, durante o período de apuração solicitado não houve realização de recursos financeiros oriundos de dívidas, conversão de bens e direitos em espécie ou recebimento de recursos de terceiros destinadas a despesas de capital. No caso das informações relativas ao item 7 “Alavancagem Financeira”, a ABGF não possui endividamento/recursos de terceiros na estrutura do capital da empresa.
5. Cumpre registrar, que, por meio do Decreto nº 10.007, de 05.09.2019, a ABGF foi qualificada no âmbito do Programa de Investimentos da Presidência da República (PPI) e incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), o que teve um forte impacto nas operações e contratos da Empresa. Pode-se destacar, por exemplo, que em 05.12.2019 foi aprovada a em Assembleia Geral a redução do capital social em R\$ 1.834.235.375,21 (um bilhão, oitocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais, e vinte um centavos) mediante transferência de cotas das ABGF para a União relativa aos fundos garantidores FGO (Fundo de Garantia de Operações), FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), FGhab (Fundo Garantidor da Habitação Popular) e FGIE (Fundo Garantidor de Infraestrutura), o que impacta diretamente nos números contábeis relacionados ao Patrimônio da Companhia.
6. Com a entrada da ABGF no PND, o principal contrato da ABGF, responsável até então por 50% das receitas da Empresa, sofreu uma redução de escopo que impactou na diminuição de 55% da receita proveniente da prestação destes serviços a partir de outubro de 2019. Esta redução demandou uma forte retração das despesas, com o encerramento das atividades da Unidade do Rio de Janeiro no mesmo ano.
7. Após a Empresa encontrar equilíbrio operacional frente as restrições de receitas, em 2021, foi publicado o Decreto nº 10.918, de 29.12.2021, o qual estabelece que a ABGF deveria permanecer apenas como seu papel como administradora do Fundo Garantidor de Infraestrutura, não sendo mais autorizada a contratar novas operações, além daquelas em curso em 19.05.2021. No mesmo ano a Superintendência de Seguros Privados publicou a Carta Circular Eletrônica nº 2/2021/DIR1/SUSEP, que estabelece como facultativa a adesão ao FESR para todos os ramos, inclusive o seguro de penhor rural, criando o sub-ramo “Sem Cobertura do FESR” também para essa modalidade, até então considerada obrigatória. O ramo de Penhor Rural era o responsável até então por 60% dos prêmios emitidos pelo Fundo, impactando na receita da ABGF a partir de 2022, tendo em vista que, conforme Decreto Nº 9.078/2017, ela corresponde a vinte e cinco centésimos por cento da média dos prêmios de seguro emitidos com cobertura pelo FESR nos últimos três exercícios do Fundo. Em 2022 o impacto foi de redução de 7%, mas a expectativa é aumentar nos próximos anos.
8. Com relação ao item 13 do referido requerimento, informamos que, conforme disposto no art. 16 de seu Estatuto Social (<https://www.abgf.gov.br/wp->



content/uploads/2023/04/16-2022_11_11_2022_23-AGE_ESTATUTO_SOCIAL_ABGF.pdf), a ABGF possui Comitê de Auditoria formalmente constituído, sendo parte da estrutura de governança da Empresa. Atendendo ao princípio da transparência, as atas do Comitê são publicadas na página eletrônica da ABGF, no seguinte endereço: <https://www.abgf.gov.br/atas-do-comite-de-auditoria/>.

9. Com relação ao item 14, os relatórios compõem o Anexo 2, bem como estão disponíveis na página eletrônica da ABGF, no seguinte endereço: <https://www.abgf.gov.br/sobre/relatorio-de-sustentabilidade/>.

10. Com relação ao item 15, as Cartas anuais de políticas públicas e governança compõem o Anexo 3, bem como estão disponíveis na página eletrônica da ABGF, no seguinte endereço: <https://www.abgf.gov.br/cartas-anuais/>.

11. Com relação ao item 16, os relatórios compõem o Anexo 4, bem como estão disponíveis na página eletrônica da ABGF, no seguinte endereço: <https://www.abgf.gov.br/acesso-informacao/auditorias/>.

12. Nos colocamos à disposição para sanar eventuais dúvidas e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
FABIANO MAIA PEREIRA
Data: 20/09/2023 11:42:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABIANO MAIA PEREIRA
Presidente Substituto



Ofício SECRE nº 2023/116

Belém (PA), 20 de Setembro 2023

À Sua Excelência,
Ministro Fernando Haddad
Coordenador Geral
Ministério da Fazenda-Gabinete do Ministro
Brasília – DF

Assunto: RIC n.º 1697/2023

Senhor Ministro,

Em resposta ao Ofício SEI nº 44286/2023/MF encaminhamos, abaixo, o resumo das informações de desempenho financeiro, operacional e governança da série de 2018 a 2022 do Banco da Amazônia S/A.

Oportunamente, registramos que todos os demonstrativos e relatórios seguem em anexo ao presente ofício:

Itens	Parâmetro	2018	2019	2020	2021	2022
1	Receita Operacional	1.303.185	1.506.463	950.361	1.411.897	3.201.712
2	Receita de Capital	416.655	423.786	438.929	721.223	1.522.656
3	Lucro Líquido	109.078	275.348	265.568	737.839	1.122.314
4	Margem de Lucro	3,6%	8,7%	15,0%	29,6%	25,4%
5	Retorno sobre o PL	7,7%	14,2%	12,1%	30,5%	38,1%
6	Índice de Liquidez	45,5	57,4	132,4	127,3	130,9
7	Alavancagem Financeira	8,68%	8,65%	8,37%	8,55%	9,22%
8	EBITDA	273.011	408.705	404.063	1.126.479	1.950.627
9	Margem Operacional	2,5	1,5	1,5	1,5	1,7
10	Crescimento da Receita	69,1%	152,4%	-3,6%	177,8%	52,1%
11	Despesas com Publicidade e Propaganda	4.669.556,46	5.592.486,08	7.586.000,00	9.902.344,22	7.940.478,88
12	Despesas com remuneração de diretores e conselheiros	3.841.216,85	3.087.078,94	3.292.680,67	3.816.627,06	2.975.688,92

Com relação ao Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, solicitado nos itens acima, registramos que, a partir de 2020, o Banco passou a publicá-los, de forma independente, conforme documentação em anexo.





BANCO DA AMAZÔNIA

Já com relação ao item n.º 13 do requerimento, informamos que o Banco da Amazônia possui Comitê de Auditoria constituído e em funcionamento permanente, conforme previsto no Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, e no Estatuto Social do Banco.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, constituído por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária e ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente do Banco.

Os Membros do Comitê de Auditoria deverão participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e em matérias relacionadas à auditoria.

Registramos ainda, que as competências do Comitê de Auditoria estão previstas no art. 46 e incisos do Estatuto Social do Banco, em anexo.

Com relação ao Relatório de Sustentabilidade, o item 14 do Requerimento, informamos que a partir de 2021 o Banco passou a integrá-lo com o relatório de gestão, conforme documentação em anexo.

Finalmente em relação aos itens de nº 15 e 16, elucidamos que o Banco publica os aludidos documentos, pelo quais também os anexamos a este ofício.

Atenciosamente,

BRUNA ELINE DA SILVA
CAVALCANTE
Assinado digitalmente por
BRUNA ELINE DA SILVA
CAVALCANTE:
79622356249
Razão: Eu sou o autor
deste documento
Foxit Reader Versão: 10.0.0

BRUNA ELINE CAVALCANTE
Secretária Executiva Interina



Banco do Brasil-2023/03880.
Brasília (DF), 26 de setembro de 2023.

À Sua Excelência o Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado
Ministério da Fazenda
Brasília (DF)

Senhor Ministro,

1. Referimo-nos ao **Requerimento de Informação da Câmara dos Deputados (RIC) nº 1697/2023**, de autoria do Deputado Alberto Mourão (MDB/SP), que “*requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda [...] quanto ao desempenho financeiro, operacional e de governança [...] referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, das [...] estatais e suas respectivas subsidiárias indicadas no Anexo Único. [...] Solicita ainda que as informações sejam fornecidas de forma clara, detalhada e de acordo com as normas e regulamentos contábeis e de governança corporativa aplicável*”.
2. Em atenção à solicitação desse Ministério, encaminhada por e-mail no dia 06.09.23 (Ofício SEI nº 44271/2023/MF, de 06.09.23, e Processo SEI nº 19995.106399/2023-17), passamos a responder pontualmente os questionamentos formulados no Requerimento, seguindo a ordem em que foram apresentados:

I. Banco do Brasil S.A. (“BB” ou “Banco”)

Resposta:

*As informações dos itens relativos à Receita operacional (item 1), ao Lucro líquido (item 3), à Margem de Lucro (item 4), ao Retorno sobre o patrimônio líquido (item 5), ao Índice de liquidez (item 6), à Alavancagem financeira (item 7), ao Crescimento da receita (item 10), ao Valor gasto com publicidade e patrocínio (item 11) e ao Gasto com remuneração dos diretores e conselhos (item 12), referentes aos exercícios de 2018 a 2022, encontram-se disponíveis no **Anexo 1**, deste Ofício.*

Com relação aos itens 2, 8 e 9, que tratam respectivamente da Receita de capital, do EBITDA e da Margem operacional, informamos que não são métricas utilizadas com frequência pelo mercado para avaliar a performance de Instituições Financeiras, no sentido de que o próprio negócio dessas companhias envolve receitas de capital. Assim, as demais métricas solicitadas respondem fielmente pela performance do BB.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento assinado eletronicamente

<https://www.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051>



13. Existência de comitê de auditoria estatutário

Resposta:

O BB, conforme redação do Art. 33¹ de seu Estatuto Social, possui Comitê de Auditoria com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno.

O Estatuto Social do BB, bem como o Regimento Interno do Comitê de Auditoria estão disponíveis nos endereços eletrônicos abaixo:

[Estatuto e Políticas - Banco do Brasil RI \(bb.com.br\)](http://bb.com.br)
[Comitês - Banco do Brasil RI \(bb.com.br\)](http://bb.com.br)

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

Os Relatórios Anuais de sustentabilidade, referentes aos exercícios de 2018 a 2022, estão disponíveis no endereço eletrônico abaixo:

[Sustentabilidade - Banco do Brasil RI \(bb.com.br\)](http://bb.com.br)

Sem prejuízo, anexa-se à presente resposta cópia dos documentos solicitados.

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

As Cartas Anuais de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referentes aos exercícios de 2018 a 2022, estão disponíveis no endereço eletrônico abaixo:

[Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - Banco do Brasil RI \(bb.com.br\)](http://bb.com.br)

Sem prejuízo, anexa-se à presente resposta cópia dos documentos solicitados.

16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O Comitê de Auditoria do BB (Coaud) elabora Relatório Semestral e Anual com informações sobre suas atividades, resultados, conclusões e recomendações,

¹ **Estatuto Social do BB - Art. 33.** O Comitê de Auditoria, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, e com mandato de 3 (três) anos não coincidente para cada membro.



registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o Coaud em relação às Demonstrações Financeiras. Os Resumos dos Relatórios estão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis e podem ser acessados no endereço eletrônico abaixo:

[Informações Financeiras - Banco do Brasil RI \(bb.com.br\)](http://bb.com.br)

Sem prejuízo, anexa-se à presente resposta cópia dos documentos solicitados.

II. Banco Patagonia S.A.

Resposta:

*As informações dos itens relativos à Receita operacional (item 1), ao Lucro líquido (item 3), à Margem de Lucro (item 4), ao Retorno sobre o patrimônio líquido (item 5), ao Índice de liquidez (item 6), à Alavancagem financeira (item 7), ao Crescimento da receita (item 10) e ao Valor gasto com publicidade e patrocínio (item 11) foram coletadas das Demonstrações Financeiras auditadas do Banco Patagonia S.A., referentes aos exercícios de 2018 a 2022, e estão disponíveis no **Anexo 2** deste Ofício.*

Destaca-se que a Argentina é um país que apresenta elevada inflação (principalmente nos últimos anos), o que explica parte do aumento dos valores apresentados, principalmente em 2022.

Com relação aos itens 2, 8 e 9, que tratam respectivamente da Receita de capital, do EBITDA e da Margem operacional, informamos que não são métricas utilizadas com frequência pelo mercado para avaliar a performance de Instituições Financeiras, no sentido de que o próprio negócio dessas companhias envolve receitas de capital. Assim, as demais métricas solicitadas respondem fielmente pela performance do Banco Patagonia S.A.

12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos

Resposta:

*A informações referentes aos exercícios de 2018 a 2022 estão disponíveis no **Anexo 2** deste Ofício.*

13. Existência de comitê de auditoria estatutário

Resposta:

Existem dois Comitês de Auditoria instalados e em funcionamento no Banco Patagonia S.A. São eles:



Comitê de Auditoria CNV - Órgão previsto no Estatuto do Banco Patagonia S.A.²

Comitê de Auditoria BCRA - Órgão cujo funcionamento independe de previsão estatutária.

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O Banco Patagonia S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País. No entanto, o Banco Patagonia S.A. publica, para todo o Conglomerado (que inclui as empresas Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E., Patagonia Inversora S.A. e Patagonia Valores S.A.), o documento “Memória Anual Integral”, que trata do tema sustentabilidade, e está disponível em seu site:

<https://bancopatagonia.com.ar/institucional/banco-patagonia/sostenibilidad.php>

Sem prejuízo, anexa-se à presente resposta cópia do referido documento, referente aos exercícios de 2018 a 2022.

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O Banco Patagonia S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País. No entanto, o Banco Patagonia S.A. publica anualmente o documento “Reporte del Código de Gobierno Societario”, que trata do tema governança corporativa, e está disponível no site da Comisión Nacional de Valores da Argentina:

<https://www.cnv.gov.ar/SitioWeb/Empresas/Empresa/30500006613>

Sem prejuízo, anexa-se à presente resposta cópia do referido documento, referente aos exercícios de 2019 a 2022.

16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O Banco Patagonia S/A, por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País. No entanto, o Comitê de Auditoria CNV do Banco Patagonia S.A., em conformidade com a legislação argentina, apresenta

² Estatuto Social do Banco Patagonia S.A. – Art. 14.: “ARTÍCULO DÉCIMO CUARTO: *Comité de Auditoría-CNV. El Comité de Auditoría previsto en el artículo 109 de la Ley 26.831 de Mercado de Capitales estará integrado por tres directores titulares o más miembros del Directorio e igual o menor número de suplentes, quienes serán designados por el Directorio de entre sus miembros, por mayoría simple de sus integrantes. Podrán integrar el Comité aquellos directores versados en temas financieros, contables o empresarios. La mayoría de sus integrantes deberán ser independientes, de acuerdo con el criterio establecido para ello en las Normas de la Comisión Nacional de Valores. El Comité podrá dictar su propio reglamento interno, del que dará cuenta al Directorio.*”



relatório anual com os trabalhos realizados pelo órgão ao longo de cada exercício, o qual está disponível em seu site:

https://bancopatagonia.com.ar/relacionconinversores/espanol/actas_comite_auditoria.shtml.

Sem prejuízo, anexa-se à presente resposta cópia do referido documento, referente aos exercícios de 2018 a 2022.

III. Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E.

Resposta:

*As informações dos itens relativos à Receita operacional (item 1), ao Lucro líquido (item 3), à Margem de Lucro (item 4), ao Retorno sobre o patrimônio líquido (item 5), ao Índice de liquidez (item 6), à Alavancagem financeira (item 7) e ao Crescimento da receita (item 10) foram coletadas das Demonstrações Financeiras auditadas do Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E., referentes aos exercícios de 2018 a 2022, e estão disponíveis no **Anexo 3** deste Ofício.*

Informamos que, por decisão empresarial, a referida empresa se encontra em processo de liquidação desde 01/07/2022.

Com relação aos itens 2, 8 e 9, que tratam respectivamente da Receita de capital, do EBITDA e da Margem operacional, informamos que não são métricas utilizadas com frequência pelo mercado para avaliar a performance de Instituições Financeiras, no sentido de que o próprio negócio dessas companhias envolve receitas de capital. Assim, as demais métricas solicitadas respondem fielmente pela performance do Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E.

11. Valor gasto com publicidade e patrocínio

Resposta:

A empresa não realiza gastos com publicidade e patrocínio.

12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos

Resposta:

*Os valores correspondem às remunerações globais dos Directores (Conselho de Administração + Diretoria), conforme informado na resposta ao item 12 do Banco Patagonia S.A., e disponível no **Anexo 2** deste Ofício (os Directores do Banco Patagonia S.A. recebem remuneração por atuar em todo o Conglomerado, inclusive nas subsidiárias, como é o caso do Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E.).*

13. Existência de comitê de auditoria estatutário

Resposta:



Trata-se, o Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E., de instituição financeira estrangeira regida pela legislação uruguaia, cujo Estatuto Social não prevê a constituição do comitê em questão.

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E., por ser uma entidade sediada no Uruguai, rege-se pelas leis e normas daquele País. No entanto, como informado na resposta ao item 14 do Banco Patagonia S.A., este Banco publica, para todo o Conglomerado, o que inclui o Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E., o documento “Memória Anual Integral”, que trata do tema sustentabilidade, e está disponível em seu site:

<https://bancopatagonia.com.ar/institucional/banco-patagonia/sostenibilidad.php>

Sem prejuízo, conforme informado na resposta ao item 14 do Banco Patagonia S.A., anexa-se à presente resposta cópia do referido documento, referente aos exercícios de 2018 a 2022.

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E., por ser uma entidade sediada no Uruguai, rege-se pelas leis e normas daquele País, ficando prejudicada a resposta.

16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E., por ser uma entidade sediada no Uruguai, rege-se pelas leis e normas daquele País. Conforme informado na resposta ao item 13 imediatamente acima, o Estatuto Social do Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E. não prevê a constituição de comitê de auditoria, ficando prejudicada a resposta.

IV. BB Cayman Islands Holding – BBCIH

Resposta:

*As informações dos itens relativos à Receita operacional (item 1), ao Lucro líquido (item 3), à Margem de Lucro (item 4), ao Retorno sobre o patrimônio líquido (item 5), ao Índice de liquidez (item 6), à Alavancagem financeira (item 7) e ao Crescimento da receita (item 10) estão disponíveis **no Anexo 4** deste ofício.*



Salienta-se que os dados foram coletados do Balanço do BBCIH, que é disponibilizado em reais (R\$) pelo próprio Banco do Brasil, tendo em vista que a instituição não tem obrigatoriedade de publicar as Demonstrações Financeiras, após a devolução da licença bancária em 2018, referente ao ano correspondente.

Com relação aos itens 2, 8 e 9, que tratam respectivamente da Receita de capital, do EBITDA e da Margem operacional, informamos que não são métricas utilizadas com frequência pelo mercado para avaliar a performance de holdings de participação não operacional. Assim, as demais métricas solicitadas respondem fielmente pela performance do BBCIH.

11. Valor gasto com publicidade e patrocínio

Resposta:

Considerando a natureza da empresa (holding de participações não operacional e sem estrutura própria), não são realizados os referidos gastos.

12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos

Resposta:

Os Diretores e Conselheiros da entidade não são remunerados.

13. Existência de comitê de auditoria estatutário

Resposta:

Trata-se, o BBCIH, de holding de participações não operacional e sem estrutura própria, sediada nas Ilhas Cayman, regida pelas leis e normas daquele País, cujo Estatuto Social não prevê a constituição do comitê em questão.

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O BBCIH, por ser uma entidade sediada nas Ilhas Cayman, rege-se pelas leis e normas daquele País, ficando prejudicada a resposta.

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O BBCIH, por ser uma entidade sediada nas Ilhas Cayman, rege-se pelas leis e normas daquele País, ficando prejudicada a resposta.



16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

O BBCIH, por ser uma entidade sediada nas Ilhas Cayman, rege-se pelas leis e normas daquele País. Conforme informado na resposta ao item 13 imediatamente acima, o Estatuto Social do BBCIH não prevê a constituição de comitê de auditoria estatutário, ficando prejudicada a resposta.

V. Patagonia Inversora S.A.

Resposta:

*As informações dos itens relativos à Receita operacional (item 1), ao Lucro líquido (item 3), à Margem de Lucro (item 4), ao Retorno sobre o patrimônio líquido (item 5), ao Índice de liquidez (item 6), à Alavancagem financeira (item 7) e ao Crescimento da receita (item 10) foram coletadas das Demonstrações Financeiras auditadas da Patagonia Inversora S.A., referentes aos exercícios de 2018 a 2022, e estão disponíveis **no Anexo 5** deste Ofício.*

Destaca-se que a Argentina é um país que apresenta elevada inflação (principalmente nos últimos anos), o que explica parte do aumento dos valores apresentados, principalmente em 2022.

Com relação aos itens 2, 8 e 9, que tratam respectivamente da Receita de capital, do EBITDA e da Margem operacional, informamos que não são métricas utilizadas com frequência pelo mercado para avaliar a performance de administradoras de fundos de investimento. Assim, as demais métricas solicitadas respondem fielmente pela performance da Patagonia Inversora S.A..

11. Valor gasto com publicidade e patrocínio

Resposta:

A empresa não realiza gastos com publicidade e patrocínio.

12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos

Resposta:

*Os valores correspondem às remunerações globais dos Directores (Conselho de Administração + Diretoria), conforme informado na resposta ao item 12 do Banco Patagonia S.A., e disponível no **Anexo 2** deste Ofício (os Directores do Banco Patagonia S.A. recebem remuneração por atuar em todo o Conglomerado, inclusive nas subsidiárias, como é o caso da Patagonia Inversora S.A.).*



13. Existência de comitê de auditoria estatutário

Resposta:

Trata-se, a Patagonia Inversora S.A., de administradora de fundos de investimentos sediada na Argentina, regida pelas leis e normas daquele País, cujo Estatuto Social não prevê a constituição do comitê em questão.

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

A Patagonia Inversora S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País. No entanto, como informado na resposta ao item 14 do Banco Patagonia S.A., este Banco publica, para todo o Conglomerado, o que inclui a Patagonia Inversora S.A., o documento “Memória Anual Integral”, que trata do tema sustentabilidade, e está disponível em seu site:

<https://bancopatagonia.com.ar/institucional/banco-patagonia/sostenibilidad.php>

Sem prejuízo, conforme informado na resposta ao item 14 do Banco Patagonia S.A., anexa-se à presente resposta cópia do referido documento, referente aos exercícios de 2018 a 2022.

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

A Patagonia Inversora S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País, ficando prejudicada a resposta.

16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

A Patagonia Inversora S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País. Conforme informado na resposta ao item 13 imediatamente acima, o Estatuto Social da Patagonia Inversora S.A. não prevê a constituição de comitê de auditoria estatutário, ficando prejudicada a resposta.

VI. Patagonia Valores S.A.

Resposta:

As informações dos itens relativos à Receita operacional (item 1), ao Lucro líquido (item 3), à Margem de Lucro (item 4), ao Retorno sobre o patrimônio líquido (item 5), ao Índice de liquidez (item 6), à Alavancagem financeira (item 7) e ao Crescimento da receita (item 10) foram coletadas das Demonstrações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento assinado eletronicamente

<http://www.camara.gov.br/legis/sistema/legiscomunicacao/camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051>



Financeiras auditadas da Patagonia Valores S.A., referentes aos exercícios de 2018 a 2022, e estão disponíveis no Anexo 6 deste Ofício.

Destaca-se que a Argentina é um país que apresenta elevada inflação (principalmente nos últimos anos), o que explica parte do aumento dos valores apresentados, principalmente em 2022.

Com relação aos itens 2, 8 e 9, que tratam respectivamente da Receita de capital, do EBITDA e da Margem operacional, informamos que não são métricas utilizadas com frequência pelo mercado para avaliar a performance de corretoras de títulos e valores mobiliários. Assim, as demais métricas solicitadas respondem fielmente pela performance da Patagonia Valores S.A..

11. Valor gasto com publicidade e patrocínio

Resposta:

A empresa não realiza gastos com publicidade e patrocínio.

12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos

Resposta:

Os valores correspondem às remunerações globais dos Directores (Conselho de Administração + Diretoria), conforme informado na resposta ao item 12 do Banco Patagonia S.A., e disponível no Anexo 2 deste Ofício (os Directores do Banco Patagonia recebem remuneração por atuar em todo o Conglomerado, inclusive nas subsidiárias, como é o caso da Patagonia Valores S.A.).

13. Existência de comitê de auditoria estatutário

Resposta:

Trata-se, a Patagonia Valores S.A., de corretora de títulos e valores mobiliários sediada na Argentina, regida pelas leis e normas daquele País, cujo Estatuto Social não prevê a constituição do comitê em questão.

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

A Patagonia Valores S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País. No entanto, como informado na resposta ao item 14 do Banco Patagonia S.A., este Banco publica, para todo o Conglomerado, o que inclui a Patagonia Valores S.A., o documento “Memória Anual Integral”, que trata do tema sustentabilidade, e está disponível em seu site:

<https://bancopatagonia.com.ar/institucional/banco-patagonia/sostenibilidad.php>





Sem prejuízo, conforme informado na resposta ao item 14 do Banco Patagonia S.A., anexa-se à presente resposta cópia do referido documento, referente aos exercícios de 2018 a 2022.

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

A Patagonia Valores S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País, ficando prejudicada a resposta.

16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016

Resposta:

A Patagonia Valores S.A., por ser uma entidade sediada na Argentina, rege-se pelas leis e normas daquele País. Conforme informado na resposta ao item 13 imediatamente acima, o Estatuto Social da Patagonia Valores S.A. não prevê a constituição de comitê de auditoria estatutário, ficando prejudicada a resposta.

3. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Janaina Storti Prandina

Gerente Geral da Unidade de Relações com Investidores

Marco Aurelio Picini de Moura

Gerente Geral da Unidade Governança de Entidades Ligadas

Rodrigo Nunes Gurgel

Gerente Geral da Secretaria Executiva

(Assinado Eletronicamente)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento assinado eletronicamente

[http://www.tre.org.br/legis/legisnet/legisnet/camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051](http://www.tre.org.br/legis/legisnet/legisnet/legisnet/camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051)





Anexo 1 - Banco do Brasil

Item	Comentários	Exercício					
		2018	2019	2020	2021	2022	
1. Receita operacional;	Memória de cálculo descrito na tabela 46 do Análise do Desempenho 4T22 ³ . São os ganhos totais das atividades-fim de uma empresa, antes da dedução de qualquer tipo de imposto. Ou seja, é todo o dinheiro que entrou em caixa resultando dos bens vendidos ou serviços prestados pela companhia.	81.841	88.900	86.683	89.952	114.954	Em R\$ bilhões
3. Lucro líquido;	Memória de cálculo descrito na tabela 9 do Análise do Desempenho 4T22. O lucro líquido é o resultado final da empresa, após dedução de custos, despesas e impostos de seu faturamento bruto.	12.862	18.162	12.697	19.710	31.011	Em R\$ bilhões
4. Margem de lucro;	Relação entre o Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro e o Faturamento (soma de todas as receitas do BB) - tabela 9 do Análise do Desempenho 4T22.	26,6	26,7	21,8	32,4	40,6	Em %
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;	"RSPL Mercado" descrito na tabela 1 do Análise do Desempenho 4T22. Retorno sobre Patrimônio Líquido: Razão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.	13,9	17,3	12,0	15,8	21,1	Em %
6. Índice de liquidez;	Relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	
7. Alavancagem financeira;	Cálculo realizado com base na tabela 8 do Análise do Desempenho 4T22. Relação entre o total dos Ativos e o Patrimônio líquido.	13,9	13,6	13,6	13,3	12,4	Em vezes
10. Crescimento da receita;	Calcular a variação anual do item 1 .	-1,9	8,6	-2,5	3,8	27,8	Em %
11. Valor gasto com publicidade e patrocínio;	Conforme Seção 2.11 do Formulário de Referência 2023 ⁴	553	615	578	670	747	Em R\$ milhões
12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos;	Conforme Seção 8.2 do FR 2023.	58,9	54,6	49,6	43,6	44,3	

³ Análise do Desempenho 4T22 – Disponível no link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/bd2715c0-5c3c-17d6-3ad8-be8ef630d112?origin=1>

⁴ Formulário de Referência 2023 – Disponível no link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5760dff3-15e1-4962-9e81-322a0b3d0bbd/9cc309f1-613a-92d3-e0fc-714f238b0859?origin=1>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento assinado eletronicamente. <https://www.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051>





Anexo 2 - Banco Patagonia SA

Item	Comentários	Exercício					
		2018	2019	2020	2021	2022	
1. Receita operacional;	São os ganhos totais das atividades-fim de uma empresa, antes da dedução de qualquer tipo de imposto. Ou seja, é todo o dinheiro que entrou em caixa resultando dos bens vendidos ou serviços prestados pela companhia.	17.317	35.898	48.205	63.574	164.841	Em ARS bilhões
3. Lucro líquido;	O lucro líquido é o resultado final da empresa, após dedução de custos, despesas e impostos de seu faturamento bruto.	5.350	17.631	10.480	7.012	19.498	Em ARS bilhões
4. Margem de lucro;	Relação entre o Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro e o Faturamento (soma de todas as receitas do BB) - (resultado antes de impuesto de las actividades que continuán / (resultado neto por intereses + resultado neto por comisiones)).	46,2	63,7	32,6	19,6	19,1	Em %
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;	(resultado neto del ejercicio / (total patrimonio neto (ano atual) + total patrimonio neto (ano anterior)) / 2). Retorno sobre Patrimônio Líquido: Razão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.	34,8	68,2	21,6	9,4	12,1	Em %
6. Índice de liquidez;	Divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante (cálculo prejudicado por não ter nas Demonstrações Financeiras auditadas o Ativo e Passivo Circulante. Calculado Índice de Liquidez geral: total activo / total pasivo).	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	
7. Alavancagem financeira;	Relação entre o total dos Ativos e o Patrimônio líquido.	8,5	5,8	6,0	6,2	5,7	Em vezes
10. Crescimento da receita;		---	107,3	34,3	31,9	159,3	Em %
11. Valor gasto com publicidade e patrocínio;		266	252	136	402	652	Em ARS bilhões
12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos;	Calcular a variação anual do item 1.	89,3	152,6	190,6	286,2	526,5	





Anexo 3 - Banco Patagonia (Uruguay) SAIFE

Item	Comentários	Exercício					
		2018	2019	2020	2021	2022	
1. Receita operacional;	São os ganhos totais das atividades-fim de uma empresa, antes da dedução de qualquer tipo de imposto. Ou seja, é todo o dinheiro que entrou em caixa resultando dos bens vendidos ou serviços prestados pela companhia.	1.541	1.702	-7.502	914	-2.684	Em USD milhões
3. Lucro líquido;	O lucro líquido é o resultado final da empresa, após dedução de custos, despesas e impostos de seu faturamento bruto.	149	232	-8.730	-311	-3.595	Em USD milhões
4. Margem de lucro;	Relação entre o Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro e o Faturamento (soma de todas as receitas do BB).	10,4	14,2	-116,2	-31,3	-133,8	Em %
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;	Retorno sobre Patrimônio Líquido: Razão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.	1,3	2,9	-175,5	-7,3	-126,5	Em %
6. Índice de liquidez;	Divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.	1,4	1,1	1,1	1,1	3,4	
7. Alavancagem financeira;	Relação entre o total dos Ativos e o Patrimônio líquido.	3,6	8,7	21,5	13,6	1,4	Em vezes
10. Crescimento da receita;	Calcular a variação anual do item 1.	---	10	-541	-112	-394	Em %



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento assinado eletronicamente. <https://www.tst.jus.br/portal/autenticacao/consultaAutenticacao.aspx?codArquivoTeor=2343051>





Anexo 4 - BB Cayman Islands Holding

Item	Comentários	Exercício					
		2018	2019	2020	2021	2022	
1. Receita operacional;	São os ganhos totais das atividades-fim de uma empresa, antes da dedução de qualquer tipo de imposto. Ou seja, é todo o dinheiro que entrou em caixa resultando dos bens vendidos ou serviços prestados pela companhia.	50.061	13.906	31	-739	-76.848	Em R\$ milhões
3. Lucro líquido;	O lucro líquido é o resultado final da empresa, após dedução de custos, despesas e impostos de seu faturamento bruto.	42.411	58.449	99.140	76.409	-124.077	Em R\$ milhões
4. Margem de lucro;	Relação entre o Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro e o Faturamento (soma de todas as receitas do BB).	84,7	421,3	324.105,0	-10.348,2	161,1	Em %
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;	Retorno sobre Patrimônio Líquido: Razão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.	2,5	3,4	5,8	4,6	-8,4	Em %
6. Índice de liquidez;	Divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.	3,8	3,1	11,0	6,7	1,8	
7. Alavancagem financeira;	Relação entre o total dos Ativos e o Patrimônio líquido.	1,7	1,4	2,1	1,5	2,2	Em vezes
10. Crescimento da receita;	Cálculo a variação anual do item 1.	---	-72	-100	-2.513	-10.295	Em %



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento assinado eletronicamente

<https://www.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051>





Anexo 5 - Patagonia Inversora SA

Item	Comentários	Exercício					
		2018	2019	2020	2021	2022	
1. Receita operacional;	São os ganhos totais das atividades-fim de uma empresa, antes da dedução de qualquer tipo de imposto. Ou seja, é todo o dinheiro que entrou em caixa resultando dos bens vendidos ou serviços prestados pela companhia.	173.937	234.411	386.37	692.836	1.788.232	Em ARS milhões
3. Lucro líquido;	O lucro líquido é o resultado final da empresa, após dedução de custos, despesas e impostos de seu faturamento bruto.	93.471	97.788	184.788	260.479	623.632	Em ARS milhões
4. Margem de lucro;	Relação entre o Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro e o Faturamento (soma de todas as receitas do BB).	101,1	86,5	85,9	69,2	76,3	Em %
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;	Retorno sobre Patrimônio Líquido: Razão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.	35,3	21,4	24,7	21,9	26,1	Em %
6. Índice de liquidez;	Divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.	12,0	18,2	15,8	22,8	10,1	
7. Alavancagem financeira;	Relação entre o total dos Ativos e o Patrimônio líquido.	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	Em vezes
10. Crescimento da receita;	Calcular a variação anual do item 1.	---	34,8	64,7	79,4	158,1	Em %



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Documento assinado eletronicamente
<https://www.tst.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento?codArquivoTeor=2343051>





Anexo 6 - Patagonia Valores SA

Item	Comentários	Exercício					
		2018	2019	2020	2021	2022	
1. Receita operacional;	São os ganhos totais das atividades-fim de uma empresa, antes da dedução de qualquer tipo de imposto. Ou seja, é todo o dinheiro que entrou em caixa resultando dos bens vendidos ou serviços prestados pela companhia.	---	---	26	15.909	111.108	Em ARS milhões
3. Lucro líquido;	O lucro líquido é o resultado final da empresa, após dedução de custos, despesas e impostos de seu faturamento bruto.	-10.385	-11.565	2.731	716	49.720	Em ARS milhões
4. Margem de lucro;	Relação entre o Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro e o Faturamento (soma de todas as receitas do BB).	---	---	19.996,2	-0,3	73,1	Em %
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;	Retorno sobre Patrimônio Líquido: Razão do lucro líquido pelo patrimônio líquido.	-14,8	-22,2	4,2	0,7	22,5	Em %
6. Índice de liquidez;	Divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.	12,4	49,7	9,0	4,8		
7. Alavancagem financeira;	Relação entre o total dos Ativos e o Patrimônio líquido.	1,1	1,0	1,1	1,2	2,0	Em vezes
10. Crescimento da receita;	Calcular a variação anual do item 1.	---	---	26	61.088	598	Em %

Assinado eletronicamente por:

F461 NA STORTI PRANDINA - 26/09/2023 às 18:51

F679 O AURELIO PICINI DE MOURA - 26/09/2023 às 16:29

F871 LIGO NUNES GURGEL - 27/09/2023 às 13:34

Código: 196499917138338

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051><https://www43.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1>

Ao Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado
Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar
CEP 70048-900 - Brasília/DF

Assunto: **RIC 1697/2023 - OFÍCIO SEI Nº 44284/2023/MF - RESPOSTA**

Senhor Ministro,

1. Encaminhamos, a seguir, resposta ao Requerimento de Informação em epígrafe, acerca do desempenho financeiro, operacional e de governança, referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, do Banco do Nordeste do Brasil S/A, na forma seguinte:

Anexo I - Resposta aos itens 1 a 12:

1. Receita operacional;
2. Receita de capital;
3. Lucro líquido;
4. Margem de lucro;
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;
6. Índice de liquidez;
7. Alavancagem financeira;
8. EBITDA;
9. Margem operacional;
10. Crescimento da receita;
11. Valor gasto com publicidade e patrocínio;
12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos.

Anexo II - Resposta ao item 13:

13. Existência de comitê de auditoria estatutário.

Anexo III-1, III-2, III-3, III-4 e III-5 - resposta ao item 14:

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX da Lei 13.303/16.

Anexos IV-1, IV-2, IV-3, IV-4 e IV-5 - resposta ao item 15:

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, inciso I e VIII da Lei 13.303/16.



Anexo V-1, V-2, V-3, V-4 e V-5 - Resposta ao item 16:

16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII da Lei 13.303/16.

2. Isto posto, anexamos a documentação relacionada.

Atenciosamente,

(Documento assinado eletronicamente)
Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Superintendente
Superintendência de Controladoria

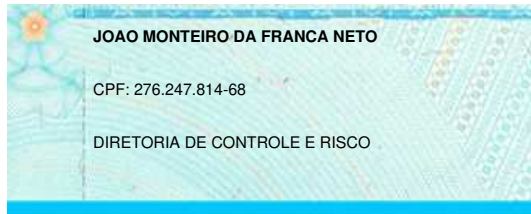
(Documento assinado eletronicamente)
João Monteiro da Franca Neto
Diretor
Diretoria de Controle e Risco



ASSINATURAS DO DOCUMENTO

Ofício 2023/1683-099: RIC 1697/2023 - OFÍCIO SEI Nº 44284/2023/MF - RESPOSTA

Este documento foi assinado eletronicamente por:



Assinatura Digital:



Certificado Digitalmente pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A - ID: 32686631



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2343051>

2343051

Presidência
SBS - Quadra 04 Lote 3/4
Ed. Matriz I – 21º andar
70.092-900 - Brasília – DF

Ofício nº 006/2023/VIFIC/SEGER #PÚBLICO

Brasília, 14 de setembro de 2023

A Sua Senhoria o Senhor
Fernando Haddad
Ministro de Estado da Fazenda
Gabinete do Ministro da Economia - Esplanada dos Ministérios, Bloco P
70.048-900 - Brasília – DF

Assunto: **Requerimento de Informação (RIC) nº 1697/2023**

Senhor Ministro,

1. Reportamo-nos ao Despacho constante no Ofício SEI nº 44266/2023/MF, recepcionado em 06/09/2023, por meio do qual esse Ministério encaminhou o Requerimento de Informação (RIC) nº 1697/2023, de autoria do Deputado Federal Alberto Mourão (MDB/SP), que “Requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda” no sentido de esclarecer quanto ao desempenho financeiro, operacional e de governança, conforme a seguir demonstrado, referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

2. A propósito do assunto, seguem abaixo as informações solicitadas.

2.1 **Receita Operacional¹**

	2018	2019	2020	2021	2022
Receita operacional	148.455	149.310	117.923	130.627	193.395

¹ Informações publicadas nas Demonstrações Contábeis da CAIXA disponíveis em: <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>



2.1.1 A receita operacional informada representa a soma das receitas da intermediação financeira, receita de prestação de serviços e tarifas, resultado de coligadas e controladas e outras receitas operacionais.

2.1.2 No período analisado, a receita operacional refletiu os impactos da pandemia de Covid-19 e queda da taxa de juros, principalmente em 2020. Por outro lado, decorrente da retomada da atividade econômica e aumento da taxa básica de juros (SELIC) a receita operacional do banco apresenta crescimento em 2021 e 2022.

2.1.3 As receitas de intermediação financeira cresceram 59,8% no comparativo de 2022 em relação a 2021, e as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias aumentaram 5,0% nesse período. Destaca-se que esses 2 itens representam mais de 90% da receita operacional da CAIXA.

2.2 Receita de Capital

2.2.1 Não se aplica, o termo é mais amplamente utilizado na contabilidade pública, conforme definição do Congresso Nacional:

2.2.2 “Receitas que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. São exemplos as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e as receitas da conversão em espécie de bens e direitos.”²

2.3 Lucro Líquido³

	2018	2019	2020	2021	2022
Lucro líquido Contábil	10.355	21.057	13.169	17.268	9.774
Lucro líquido Recorrente	-	14.732	9.186	12.459	9.198

*Conforme Resolução BCB nº 2/2020, o lucro líquido recorrente regulatório só passou a ser divulgado a partir do exercício de 2019.

2.3.1 No resultado recorrente ocorre a exclusão de eventos considerados não recorrentes e seus efeitos, com objetivo de fornecer uma informação com melhor comparabilidade ano após ano. Para serem classificados como não recorrentes, os eventos devem atender concomitantemente dois critérios: não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não ter previsão para ocorrer com frequência.

² Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/receita-de-capital>

³ Informações publicadas nas Demonstrações Contábeis da CAIXA disponíveis em: <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>



2.3.2 A tela abaixo apresenta no período de 2019 a 2021 os eventos não recorrentes que impactaram o resultado da CAIXA:



2.3.3 Adicionalmente, dentre fatores que impactaram o resultado líquido recorrente de 2019, destaca-se que a provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) naquele ano foi de R\$10,77 bilhões, queda de R\$4,16 bilhões em relação a 2018, cuja PCLD foi de R\$14,93 bilhões.

2.3.4 Salienta-se que o banco possui grande volume de carteira de crédito de longo prazo, indexada a taxas menores. Desse modo, a manutenção da taxa Selic em patamares elevados aumenta o custo de intermediação financeira.

2.4 Margem de Lucro

2.4.1 Não se aplica à contabilidade de instituições financeiras, tendo em vista que o conceito é aderente às empresas que atuam na venda de produtos, representando a porcentagem do preço de um produto que corresponde ao lucro da empresa.

2.4.2 Considerando as características específicas da atividade bancária de lidar com recursos financeiros de diversos clientes (empresas e pessoas físicas) e a necessidade de provisionamento para o risco de crédito, o conceito da margem de lucro não é o mais adequado.

2.4.3 O termo mais próximo dessa definição é a margem financeira, que é obtida pela diferença entre a receita financeira (juros auferidos das operações de crédito) e a despesa financeira (juros pagos ao cliente poupador). Essa informação será apresentada no item 2.9.



2.5 Retorno sobre o patrimônio líquido⁴

	2018	2019	2020	2021	2022
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Contábil	13,70%	26,13%	15,18%	16,90%	8,35%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Recorrente	15,66%	17,52%	10,59%	12,19%	7,86%

2.5.1 O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) é calculado considerando o lucro líquido acumulado em 12 meses dividido pelo patrimônio líquido médio.

2.5.2 Para o cálculo do ROE Recorrente é utilizado o lucro líquido recorrente, que exclui os eventos considerados não recorrentes e seus efeitos. No caso do ROE Contábil, é aplicado o lucro líquido contábil apurado.

2.6 Índice de Liquidez

	2018	2019	2020	2021	2022
Índices de liquidez					
Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	124,60%	144,00%	135,58%	131,35%	124,27%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	320,30%	391,20%	370,95%	245,30%	170,85%

2.6.1 O índice de liquidez de curto prazo (LCR) relaciona os ativos livres de alta liquidez e as saídas líquidas no horizonte de 30 dias.

2.6.2 O NSFR mensura se o montante de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) é suficiente para honrar o montante de Recursos Estáveis Requeridos (RSF) no prazo de 1 ano, calculados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.869/2017, que define o indicador como a razão entre o montante ASF e o montante RSF.

2.6.3 Os dados de liquidez e demais informações podem ser obtidas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, publicado trimestralmente, no endereço:

<https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos-e-capital>

2.7 Alavancagem Financeira

2.7.1 Não se aplica, pois trata-se de conceito da contabilidade comercial não aplicável às instituições financeiras devido à natureza e especificidade do segmento bancário.

2.7.2 A alavancagem tem como objetivo potencializar a rentabilidade dos capitais próprios e o lucro dos acionistas, principalmente, através da captação por meio de capital de terceiros. Entre seus indicadores estão: grau de alavancagem financeira e de endividamento (Dívida líquida/EBITDA).

⁴ Informações publicadas no Relatório de Análise do Desempenho da CAIXA disponível em: <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>



2.7.3 A CAIXA, na qualidade de banco comercial e de agente capaz de intermediação financeira, capta recursos do mercado e de investidores através de instrumentos financeiros e os disponibiliza para agentes deficitários.

2.8 EBITDA

2.8.1 Não se aplica, uma vez que esse indicador objetiva apresentar o lucro gerado com suas atividades operacionais, excluindo desse cálculo os investimentos financeiros, empréstimos e impostos. Tendo em vista que a atividade principal dos bancos são as operações financeiras, não é aderente utilizar esse indicador uma vez que este desconsidera esses itens.

2.9 Margem Operacional (Financeira)⁵

	2018	2019	2020	2021	2022
Margem Financeira	50.963	54.572	39.735	45.827	50.921

2.9.1 A margem financeira é calculada considerando o total da Receita de Intermediação Financeira subtraído a Despesa de Intermediação Financeira, excluindo a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

2.9.2 Em 2020, a margem financeira alcançou R\$ 39,7 bilhões, redução de 27,2% se comparado ao ano anterior, impactado principalmente pelas reduções de 7,1% nas receitas das operações de crédito; 59,8% Resultado de operações com TVM; 37,3% nas despesas com recursos de clientes; e 13% nas Recursos de instituições financeiras e oficiais. Esse comportamento refletiu o cenário em que a taxa SELIC alcançou o seu mínimo histórico.

2.9.3 A partir de 2021 iniciou-se o ciclo de aumento da taxa SELIC, nesse cenário, a margem financeira acompanhou o movimento de recomposição das taxas realizado pela CAIXA e alcançou R\$50,9 bilhões em 2022, aumento de 11,1% em 12 meses decorrente dos crescimentos de 39,9% nas receitas com operações de crédito; 119,6% em resultado com operações de títulos e valores mobiliários e derivativos; 141,0% em resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez; e 124,2% no resultado das aplicações compulsórias. Em contrapartida as despesas com captações aumentaram 103,3% em 2022 em relação ao ano anterior.

2.10 Crescimento da Receita (Operacional)⁶

	2018	2019	2020	2021	2022
Variação da Receita Operacional	-14,9%	0,6%	-21,0%	10,8%	48,1%

⁵ Informações publicadas nas Demonstrações Contábeis da CAIXA disponíveis em: <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>

⁶ Informações publicadas nas demonstrações contábeis da CAIXA disponíveis em: <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>



2.10.1 Representa a variação (positiva ou negativa) em relação ao ano anterior das receitas operacionais descritas no item 2.1.

2.10.2 Os principais vetores para as variações apresentadas constam no Item 2.1.2 da resposta.

2.11 Valor gasto com publicidade e patrocínio

	2018	2019	2020	2021	2022
Valor gasto com publicidade e patrocínio	R\$ 662.523	R\$ 213.319	R\$ 278.501	R\$ 310.617	R\$ 282.073

2.12 Gasto com remuneração dos diretores e conselhos

	2018	2019	2020	2021	2022
Proventos	20.876	19.703	18.804	22.959	24.169
Diretoria	17.703	16.880	15.795	19.753	21.117
Conselho de Administração	430	455	333	348	345
Conselho Fiscal	336	259	250	347	195
Comitê de Auditoria	1.604	1.306	1.608	1705	1.708
Comitê Independente de Risco	803	803	818	806	804
Remuneração variável	8.906	7.812	8.427	8.090	13.938
Diretoria	8.906	7.812	8.427	8.090	13.938
Total	29.782	27.515	27.231	31.049	38.107

2.13 Existência de Comitê de Auditoria Estatutário

2.13.1 Informamos que na CAIXA existe um Comitê de Auditoria Estatutário, cujo Regimento Interno e composição são de domínio público e podem ser acessados na página da CAIXA na internet, por meio do endereço <https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/comite-auditoria/Paginas/default.aspx>.

2.14 Relatório Integrado de Sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX da Lei 13.303/16

2.14.1 O artigo 8º, inciso IX da Lei 13.303/16 traz a obrigatoriedade de publicação de relatório integrado ou relatório de sustentabilidade:

Art. 8º As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:

IX - divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

2.14.2 Os Relatórios de sustentabilidade da CAIXA podem ser acessados no endereço: <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios/Paginas/default.aspx>



2.15 **Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, inciso I e VIII da Lei 13.303/16**

2.15.1 A Carta Anual da CAIXA pode ser acessada no endereço:
<https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-orporativa/governanca/Paginas/default.aspx>

2.16 **Relatório previsto no artigo 24, inciso VII da Lei 13.303/16**

2.16.1 Os Relatórios do Comitê de Auditoria também são de domínio público e são publicados, semestralmente, como parte do Relatório de Demonstrações Contábeis, no endereço <https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/> (BrGaap – Demonstrações Contábeis).

3. Ressaltamos que as informações referentes às subsidiárias estão disponíveis em **ofícios anexos**.

4. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos necessários.

Respeitosamente,

MARCOS BRASILIANO ROSA:34890475168

Assinado de forma digital por
MARCOS BRASILIANO
ROSA:34890475168
Dados: 2023.09.18 19:18:06 -03'00'

MARCOS BRASILIANO ROSA
Vice-Presidente
Finanças

LUCIANNA CAVALCANTE QUEIROZ AMUSU:98043960178

Assinado de forma digital por
LUCIANNA CAVALCANTE QUEIROZ
AMUSU:98043960178
Dados: 2023.09.15 12:29:01 -03'00'

LUCIANNA CAVALCANTE QUEIROZ AMUSU
Secretária
Secretaria Geral



Ofício nº 6751/2023 - Presi - #P

Brasília, 18 de setembro de 2023.

A sua Excelência o Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Fazenda
Gabinete do Ministro
Ministério da Fazenda
Brasília - DF

Assunto: RIC 1697/2023 - Processo nº 19995.106399/2023-17

Senhor Ministro,

1. Cumprimtando-o, reporto-me ao Ofício SEI nº 44272/2023/MF, de 6.9.2023, em que foi encaminhado o Requerimento de Informações quanto ao desempenho financeiro, operacional e de governança da Empresa Gestora de Ativos S.A - Emgea, referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, conforme solicitação abaixo:

1. Receita operacional;
2. Receita de capital;
3. Lucro líquido;
4. Margem de lucro;
5. Retorno sobre o patrimônio líquido;
6. Índice de liquidez;
7. Alavancagem financeira;
8. EBITDA;
9. Margem operacional;
10. Crescimento da receita;
11. Valor gasto com publicidade e patrocínio;
12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos;
13. Existência de comitê de auditoria estatutário;
14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX da Lei 13.303/16;
15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, inciso I e VIII da Lei 13.303/16; e
16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII da Lei 13.303/16.

Este documento foi assinado eletronicamente por Fernando Damata Pimentel.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://emgea.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 0723-6F4A-D5D4-91B0.

2343051

1



2. O presente Ofício encaminha as informações solicitadas no Requerimento:
- Anexo I)** itens 1 a 12, no qual consta o *link* de acesso aos relatórios de suporte a resposta, e com complementação de informações no Anexo II;
 - Anexo II)** informações referentes ao item 14;
 - Anexo III)** informações referentes ao item 13;
 - Anexo IV)** informações referentes ao item 15; e
 - Anexo V)** informações referentes ao item 16.

Respeitosamente,

Fernando Damata Pimentel
Diretor-Presidente



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas EMGEA. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://emgea.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0723-6F4A-D5D4-91B0> ou vá até o site <https://emgea.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0723-6F4A-D5D4-91B0



Hash do Documento

E2F467792841A52BC7AD12843FB641C7D69115FCBE2810B0035184AC757FED8B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/09/2023 é(são) :

Fernando Damata Pimentel - ***.845.316-** em 19/09/2023 11:54 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: f*****l@emgea.gov.br

Evidências

Client Timestamp Tue Sep 19 2023 11:51:48 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -15.8072832 Longitude: -47.890432 Accuracy: 898.671240651784

IP 187.32.152.65

Hash Evidências:

C3332FF60B5810F16B2B3561FA6795BB490C13940DA472926B291F83EF741B47



OFÍCIO N° 010642/2023/SERPRO/DP

Brasília, 20 de setembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
FERNANDO HADDAD
Ministro
Ministério da Fazenda

Assunto: Resposta ao ofício SEI N° 44274/2023/MF, referente ao RIC 1697/2023.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

1. Segue resposta ao ofício SEI N° 44274/2023/MF, referente ao RIC 1697/2023, com as informações solicitadas anexadas a este ofício:

1. Receita operacional;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

2. Receita de capital;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

3. Lucro líquido;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

4. Margem de lucro;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

5. Retorno sobre o patrimônio líquido;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

6. Índice de liquidez;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

7. Alavancagem financeira;



a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

8. EBITDA;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

9. Margem operacional;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

10. Crescimento da receita;

a. Nome do Arquivo- Financeiro Contábil RIC-169-2023.pdf

11. Valor gasto com publicidade e patrocínio;

a. Nome dos Arquivos:

- i. Resposta - 11 Consolidado RIC-169-2023.pdf
- ii. Resposta - 11 - detalhamento despesas-com-publicidade-2018 RIC-169-2023.pdf
- iii. Resposta - 11 - detalhamento despesas-com-publicidade-2019 RIC-169-2023.pdf
- iv. Resposta - 11 - detalhamento despesas-com-publicidade-2020 RIC-169-2023.pdf
- v. Resposta - 11 - detalhamento despesas-com-publicidade-2021 RIC-169-2023.pdf
- vi. Resposta - 11 - detalhamento despesas-com-publicidade-2022 RIC-169-2023.pdf

12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos;

a. Nome dos Arquivos:

- i. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2018.pdf
- ii. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2019.pdf
- iii. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2020.pdf



iv. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2021.pdf

v. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2022.pdf

13. Existência de comitê de auditoria estatutário;

a. Nome dos Arquivos:

i. Resposta - 13 - ata-da-2018_1a-age-estatuto-social-serpro-versao-portal.pdf

ii. Resposta - 13 - ata-3a-age-2021.pdf

iii. Resposta - 13 - ata-da-1a-assembleia-geral-extraordinaria-2020-de-20-02-2020-com-estatuto-social-aprovado.pdf

iv. Resposta - 13 - Ata-e-anexo-da-2a-assembleia-geral-extraordinaria-2020-de-23-04-2020.pdf

v. Resposta - 13 - RI_do_Coaud_Deliberacao GC 005 2023.pdf

vi. Resposta - 13 - RI_do_Coaud_Deliberacao GE 007 2022.pdf

vii. Resposta - 13 - RI_do_Coaud_DELIBERAÇÃO GE 019 2018.pdf

14. Relatório integrado de sustentabilidade, conforme previsto no art. 8º, inciso IX da Lei 13.303/16;

a. Nome dos Arquivos:

i. Resposta - 14 - Relatorio-de-gestao-2018-relato-integrado.pdf

ii. Resposta - 14 - Relatorio-de-gestao-2019-relato-integrado.pdf

iii. Resposta - 14 - Relatorio-de-gestao-2020-relato-integrado.pdf

iv. Resposta - 14 - Relatorio-de-gestao-2021-relato-integrado.pdf



- v. Resposta - 14 - Relatorio-de-gestao-2022-relato-integrado.pdf
- vi. Resposta - 14 - Relatorio-de-sustentabilidade-2020a2022.pdf

15. Carta anual sobre políticas públicas e governança corporativa, prevista no art. 8º, inciso I e VIII da Lei 13.303/16;

a. Nome dos Arquivos:

- i. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2018.pdf
- ii. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2019.pdf
- iii. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2020.pdf
- iv. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2021.pdf
- v. Resposta - 12 e 15 - CAPPGC_2022.pdf

16. Relatório previsto no artigo 24, inciso VII da Lei 13.303/16:

a. Nome dos Arquivos:

- i. Resposta - 16 - Relatorio-anual-do-coaud-2018.pdf
- ii. Resposta - 16 - Relatorio-anual-do-coaud-2019.pdf
- iii. Resposta - 16 - Relatorio-anual-do-coaud-2020.pdf
- iv. Resposta - 16 - Relatorio-anual-do-coaud-2021.pdf
- v. Resposta - 16 - Relatorio-anual-do-coaud-2022.pdf

2. Quanto aos itens solicitados cabem alguns esclarecimentos:

- Item 12, Gasto com remuneração dos diretores e conselhos. Para esse item disponibilizado a Carta Anual de Políticas Públicas e de



Governança Corporativa que traz um capítulo específico quanto a remuneração dos Administradores;

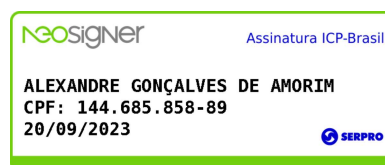
- Para item 15 solicitado cabem alguns esclarecimentos. Conforme a Lei N° 13.303, de 30 de junho de 2016, Art. 8º, "As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência (...) IX - divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade".

Tendo em vista que, o legislador utilizou uma conjunção alternativa ("ou") quanto aos relatórios a serem divulgados anualmente, o Serpro pode optar por publicar o Relatório Integrado ou o Relatório de Sustentabilidade. Sendo assim, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a empresa divulgou o Relatório de Gestão na forma de relato integrado. E nos anos de 2021 e 2022, divulgou o Relatório Integrado Anual, unindo o Relatório de Gestão e Relatório da Administração, mas também na forma de relato integrado.

Segundo o Tribunal de Contas da União - TCU, o Relatório de Gestão é a peça central de prestação de contas, devendo ser emitidos na forma de Relatório Integrado, pois o objetivo é "oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Unidade Prestadora de Contas, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados".

A IN TCU-84/2020 manteve a adoção de estrutura de conteúdo e de diretrizes que vêm sendo implementadas desde as contas do exercício de 2018, modelo fortemente alinhado com o modelo de Relato Integrado (International Integrated Reporting Council - IIRC). Dessa forma, o relatório deve integrar informação financeira e não financeira que levem à geração de valor. No caso do Serpro, "gerar valor" pode ser entendida como gerar resultado que atenda às necessidades de interesse público.

Respeitosamente,



ALEXANDRE GONÇALVES DE AMORIM
Diretor-Presidente

